



ISSN: 2595-1661

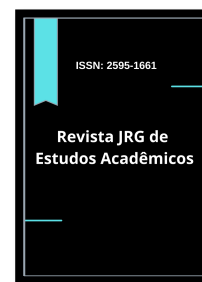
ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



O Atendimento Educacional Especializado como política pública de inclusão escolar: avanços e desafios na educação brasileira

Specialized Educational Assistance as a Public Policy for School Inclusion: Advances and Challenges in Brazilian Education

DOI: 10.55892/jrg.v9i20.3237

ARK: 57118/JRG.v9i20.3237

Recebido: 07/05/2026 | Aceito: 10/06/2026 | Publicado *on-line*: 18/06/2026

Jair Lino Soares Junior¹

<http://orcid.org/0000-0003-0005-6007>

<http://lattes.cnpq.br/2211905312616827>

Prefeitura Municipal de Caucaia, CE, Brasil

E-mail: junior.jairlino@gmail.com



Resumo

A educação inclusiva constitui um dos principais desafios das políticas educacionais contemporâneas, especialmente no que se refere à garantia do acesso, da permanência e da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) destaca-se como uma importante política pública destinada a complementar e suplementar o processo de escolarização desses estudantes, contribuindo para a eliminação de barreiras e para a promoção da equidade educacional. Este artigo teve como objetivo analisar o Atendimento Educacional Especializado como política pública de inclusão escolar, destacando os principais avanços alcançados e os desafios que ainda permeiam sua implementação na educação brasileira. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da análise de produções científicas, documentos normativos e referenciais teóricos relacionados à Educação Especial e à educação inclusiva. Os resultados evidenciam avanços significativos, como a ampliação do acesso dos estudantes com deficiência às escolas regulares, a institucionalização do AEE e o fortalecimento dos marcos legais voltados à inclusão. Contudo, persistem desafios relacionados à formação docente, ao financiamento das políticas públicas, à acessibilidade e à superação de barreiras atitudinais presentes nos contextos escolares. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva exige investimentos contínuos, fortalecimento das políticas públicas e compromisso coletivo com a garantia do direito à educação para todos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Políticas Públicas.

¹ Doutor em Educação pela Christian Business School (CBS), Estados Unidos. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Educação Especial e em Gestão Escolar. Licenciado em Pedagogia pela UFC e em Matemática pela Faculdade de São Paulo (FASP). Professor da Rede Pública Municipal de Caucaia (CE).



Abstract

Inclusive education constitutes one of the main challenges of contemporary educational policies, particularly regarding the guarantee of access, permanence, and learning opportunities for students who are the target audience of Special Education. In this context, Specialized Educational Assistance (SEA) stands out as an important public policy aimed at complementing and supplementing the schooling process of these students, contributing to the removal of barriers and the promotion of educational equity. This article aimed to analyze Specialized Educational Assistance as a public policy for school inclusion, highlighting the main advances achieved and the challenges that still permeate its implementation in Brazilian education. Methodologically, this is a qualitative bibliographic study developed through the analysis of scientific publications, normative documents, and theoretical references related to Special Education and inclusive education. The results reveal significant advances, such as the expansion of access for students with disabilities to regular schools, the institutionalization of SEA, and the strengthening of legal frameworks aimed at inclusion. However, challenges remain regarding teacher education, public policy funding, accessibility, and the overcoming of attitudinal barriers within school environments. It is concluded that the effective implementation of inclusive education requires continuous investment, strengthening of public policies, and collective commitment to ensuring the right to education for all.

Keywords: *Inclusive Education. Specialized Educational Assistance. Public Policies.*

1. Introdução

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais eixos das políticas educacionais brasileiras, impulsionada pela ampliação dos direitos sociais e pelo fortalecimento dos princípios democráticos que orientam a educação contemporânea. Nesse contexto, a inclusão escolar passou a ser compreendida como um direito fundamental de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais ou sociais. A partir dessa perspectiva, o sistema educacional brasileiro tem sido desafiado a promover mudanças estruturais e pedagógicas capazes de assegurar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Entre as estratégias desenvolvidas para viabilizar esse processo, destaca-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), instituído como uma política pública destinada a complementar e suplementar a formação dos estudantes, contribuindo para a eliminação de barreiras que dificultam sua plena participação no ambiente escolar.

A institucionalização do Atendimento Educacional Especializado encontra respaldo em importantes marcos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Decreto nº 7.611/2011. Esses dispositivos normativos reafirmam o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da educação inclusiva e estabelecem diretrizes para a organização dos serviços especializados no âmbito das escolas regulares. Nesse cenário, o AEE passou a ocupar posição estratégica na implementação das políticas inclusivas, sendo reconhecido como um importante mecanismo de apoio à escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.

Apesar dos avanços observados no campo normativo e na ampliação da oferta de serviços especializados, a efetivação do Atendimento Educacional Especializado ainda



enfrenta inúmeros desafios. Questões relacionadas à formação docente, à insuficiência de recursos pedagógicos, às limitações estruturais das instituições de ensino e à fragilidade da articulação entre o AEE e o ensino regular continuam sendo apontadas pela literatura como obstáculos à consolidação de práticas verdadeiramente inclusivas. Além disso, as desigualdades regionais e as diferentes condições de implementação das políticas educacionais evidenciam que a garantia do direito à educação inclusiva permanece como uma tarefa complexa, exigindo investimentos permanentes e ações articuladas entre os diversos atores envolvidos no processo educativo.

Diante desse contexto, torna-se relevante analisar o Atendimento Educacional Especializado não apenas como um serviço pedagógico, mas como uma política pública que expressa os esforços do Estado brasileiro para promover a inclusão escolar e reduzir desigualdades educacionais historicamente construídas. A produção científica nacional tem contribuído significativamente para a compreensão dos avanços alcançados e das limitações ainda existentes, oferecendo subsídios para a reflexão crítica sobre a implementação das políticas inclusivas. Assim, o desenvolvimento de estudos bibliográficos sobre a temática possibilita ampliar o entendimento acerca das contribuições do AEE para a educação inclusiva, bem como identificar desafios que continuam demandando atenção por parte dos gestores, pesquisadores e profissionais da educação.

Dessa forma, considerando a relevância social, educacional e política do tema, este artigo tem como objetivo analisar o Atendimento Educacional Especializado como política pública de inclusão escolar, destacando os principais avanços alcançados e os desafios que ainda permeiam sua implementação na educação brasileira. A partir de uma revisão bibliográfica, busca-se compreender como a literatura científica tem abordado essa política educacional e quais contribuições ela oferece para o fortalecimento de práticas inclusivas comprometidas com a garantia do direito à educação para todos.

2. Política pública de inclusão escolar

A discussão acerca das políticas públicas de inclusão escolar ganhou centralidade no cenário educacional brasileiro a partir da redemocratização do país e da ampliação dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988. O reconhecimento da educação como direito de todos e dever do Estado estabeleceu novos parâmetros para a organização dos sistemas educacionais, exigindo a implementação de ações capazes de garantir igualdade de oportunidades e respeito à diversidade humana. Nesse contexto, a inclusão escolar passou a integrar a agenda das políticas públicas, constituindo-se como um compromisso político e social voltado à superação de práticas excludentes historicamente presentes na educação brasileira. Conforme Cury (2002), o direito à educação representa um dos pilares fundamentais da cidadania democrática e da promoção da justiça social.

As políticas públicas educacionais podem ser compreendidas como um conjunto de ações, programas e diretrizes formulados pelo Estado com o objetivo de responder às demandas da sociedade e promover o desenvolvimento social. Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), as políticas educacionais não são neutras, mas expressam disputas de interesses, concepções de sociedade e projetos políticos que influenciam diretamente a organização dos sistemas de ensino. No campo da Educação Especial, essas políticas passaram a incorporar gradativamente os princípios da inclusão, deslocando o foco das práticas segregadoras para a garantia da participação dos estudantes nos espaços comuns de escolarização.



A construção da educação inclusiva no Brasil foi influenciada por importantes movimentos internacionais que defenderam o acesso universal à educação e a valorização das diferenças. Entre esses documentos, destaca-se a Declaração de Salamanca, aprovada em 1994, durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais promovida pela UNESCO. O documento defende que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas, reconhecendo a diversidade como elemento constitutivo da educação. Essa perspectiva exerceu forte influência sobre as políticas brasileiras voltadas à inclusão escolar.

No contexto nacional, a Constituição Federal de 1988 representou um marco fundamental para a consolidação dos direitos educacionais das pessoas com deficiência. O artigo 208 estabelece que o atendimento educacional especializado deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, reforçando o compromisso do Estado com a inclusão escolar. Conforme Mazzotta (2011), esse dispositivo legal contribuiu para o fortalecimento das lutas em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e impulsionou transformações significativas na organização das políticas educacionais brasileiras.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) ampliou os avanços previstos pela Constituição Federal ao reconhecer a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis e etapas de ensino. A legislação reafirma a necessidade de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas e destaca a importância da oferta de recursos e serviços especializados para garantir seu desenvolvimento educacional. Segundo Glat e Pletsch (2012), a LDB contribuiu para consolidar uma nova compreensão acerca da Educação Especial, aproximando-a dos princípios da inclusão escolar.

Outro marco relevante foi a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008. Esse documento redefiniu as diretrizes para a organização da Educação Especial no Brasil, orientando os sistemas de ensino para a garantia do acesso, da participação e da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas escolas comuns. Conforme Mendes (2010), a política de 2008 representa um dos mais importantes avanços na trajetória da inclusão escolar brasileira, ao reafirmar a necessidade de transformar a escola em um espaço capaz de atender à diversidade humana.

A implementação das políticas inclusivas trouxe consigo a ampliação dos debates sobre equidade educacional e justiça social. Para Freire (1996), a educação deve constituir-se como prática emancipatória comprometida com a superação das desigualdades e com a valorização da dignidade humana. Sob essa perspectiva, a inclusão escolar ultrapassa a dimensão técnica das políticas educacionais e assume caráter ético e político, voltado à construção de uma sociedade mais democrática e participativa. Essa compreensão tem orientado grande parte das discussões contemporâneas sobre o papel da escola na promoção da cidadania.

As transformações ocorridas nas políticas públicas de inclusão também contribuíram para a redefinição do papel das instituições escolares. Conforme Mantoan (2015), a escola inclusiva deve abandonar práticas seletivas e excludentes, reorganizando seus processos pedagógicos para acolher a diversidade dos estudantes. Essa mudança exige não apenas adequações estruturais, mas também a revisão das concepções de ensino, aprendizagem e avaliação que historicamente sustentaram modelos educacionais excludentes. Assim, a inclusão passa a ser entendida como um princípio orientador de toda a ação educativa.



Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, a literatura especializada aponta que a implementação das políticas inclusivas ainda enfrenta importantes desafios. Questões relacionadas à formação docente, à insuficiência de recursos pedagógicos, às barreiras arquitetônicas e à resistência institucional continuam sendo apontadas como fatores que dificultam a efetivação da inclusão escolar. Segundo Pletsch (2014), a consolidação das políticas públicas de inclusão depende da articulação entre investimentos governamentais, qualificação profissional e fortalecimento das redes de apoio educacional.

A tendência da política social durante os anos 1990 foi a focalização das ações, com base no argumento de que os recursos públicos são escassos e devem ser direcionados para os grupos considerados mais vulneráveis. Entretanto, a defesa dos direitos sociais universais exige políticas capazes de garantir acesso igualitário aos bens públicos, entre eles a educação, concebida como direito de cidadania e condição fundamental para a participação democrática (CURY, 2002, p. 255).

A publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, representou um marco significativo no fortalecimento das ações voltadas à inclusão escolar no Brasil. O documento estabeleceu diretrizes para a reorganização dos sistemas de ensino, orientando a matrícula dos estudantes público-alvo da Educação Especial em classes comuns do ensino regular e assegurando a oferta do Atendimento Educacional Especializado como serviço complementar ou suplementar à escolarização. Segundo Garcia (2013), essa política consolidou uma mudança paradigmática ao deslocar o foco das práticas segregadas para a construção de ambientes educacionais inclusivos, pautados na valorização da diversidade e na garantia do direito à educação para todos.

A implementação dessa política foi fortalecida pela ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas em 2006 e incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status constitucional por meio do Decreto nº 6.949/2009. A Convenção reafirma a educação inclusiva como um direito humano fundamental e determina que os Estados-Partes garantam sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis de ensino. Conforme Sasaki (2010), a incorporação desse tratado representou um avanço histórico na consolidação dos direitos das pessoas com deficiência, ampliando a responsabilidade do poder público na promoção da inclusão educacional.

Outro instrumento normativo de grande relevância foi o Decreto nº 7.611/2011, que regulamentou a oferta da Educação Especial e do Atendimento Educacional Especializado no Brasil. O decreto reafirma a necessidade de apoio técnico e financeiro da União aos sistemas de ensino e estabelece mecanismos para fortalecer a inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Conforme Kassar (2016), esse dispositivo legal contribuiu para consolidar a articulação entre as políticas educacionais e os princípios da inclusão, ampliando as possibilidades de acesso e permanência dos estudantes na escola regular.

As discussões sobre políticas públicas de inclusão escolar também estão diretamente relacionadas ao conceito de equidade educacional. Diferentemente da igualdade formal, que pressupõe tratamento uniforme para todos os sujeitos, a equidade reconhece as diferenças e busca oferecer condições adequadas para que cada estudante possa desenvolver plenamente suas potencialidades. Segundo Dubet (2008), políticas educacionais comprometidas com a justiça social precisam considerar as desigualdades existentes e desenvolver estratégias capazes de reduzir seus impactos sobre os processos



de escolarização. Essa compreensão tem orientado parte significativa das ações voltadas à inclusão escolar no contexto contemporâneo.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 também desempenhou papel relevante na consolidação das políticas inclusivas. A Meta 4 do plano estabelece a universalização do acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Conforme Dourado (2016), o PNE representa um importante instrumento de planejamento das políticas educacionais brasileiras, uma vez que define metas e estratégias destinadas à ampliação do acesso, da permanência e da qualidade da educação pública.

A efetividade das políticas públicas de inclusão escolar está diretamente relacionada à capacidade do Estado de garantir financiamento adequado para sua implementação. A oferta de serviços especializados, a formação de professores, a adaptação de espaços físicos e a aquisição de recursos pedagógicos exigem investimentos contínuos por parte dos sistemas educacionais. Segundo Saviani (2018), a democratização da educação depende da existência de políticas públicas sustentadas por recursos financeiros compatíveis com as demandas sociais. Nesse sentido, a insuficiência de investimentos constitui um dos principais obstáculos para a consolidação das políticas inclusivas em diferentes contextos educacionais.

Outro aspecto frequentemente discutido na literatura refere-se ao papel dos gestores educacionais na implementação das políticas de inclusão. Os gestores atuam como mediadores entre as diretrizes formuladas pelos órgãos governamentais e as práticas desenvolvidas no cotidiano das instituições escolares. Conforme Libâneo (2013), a gestão democrática constitui elemento essencial para a construção de escolas comprometidas com a participação, a equidade e a qualidade educacional. No contexto da inclusão escolar, essa atuação torna-se ainda mais relevante, uma vez que envolve a coordenação de ações voltadas à promoção da acessibilidade e ao fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas.

As pesquisas sobre políticas públicas de inclusão também evidenciam a importância da participação social nos processos de formulação e acompanhamento das ações governamentais. Conselhos de educação, movimentos sociais, associações de pessoas com deficiência e organizações da sociedade civil desempenham papel fundamental na defesa dos direitos educacionais e no monitoramento das políticas implementadas pelo Estado. Conforme Gohn (2019), a participação social fortalece os processos democráticos e amplia as possibilidades de construção de políticas públicas mais sensíveis às demandas da população.

A literatura especializada aponta, ainda, que a consolidação da inclusão escolar depende da superação de barreiras atitudinais que continuam presentes em diversos contextos educacionais. Preconceitos, estigmas e concepções excludentes frequentemente limitam a efetivação dos direitos assegurados pela legislação. Segundo Amaral (1998), as barreiras atitudinais constituem algumas das formas mais persistentes de exclusão social, uma vez que influenciam a maneira como as pessoas com deficiência são percebidas e tratadas nos diferentes espaços sociais. Assim, a construção de uma cultura inclusiva exige mudanças não apenas estruturais, mas também culturais e relacionais.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando



ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículos apropriados, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades (UNESCO, 1994, p. 11).

As políticas públicas de inclusão escolar também devem ser analisadas a partir da perspectiva dos direitos humanos. A educação inclusiva não se restringe à oferta de serviços especializados, mas constitui uma estratégia de promoção da dignidade humana, da cidadania e da participação social. Conforme Bobbio (2004), a consolidação dos direitos humanos depende da criação de mecanismos institucionais capazes de assegurar sua efetivação no cotidiano das sociedades. Nesse sentido, as políticas educacionais inclusivas representam instrumentos fundamentais para garantir o acesso igualitário aos bens culturais, científicos e sociais produzidos historicamente pela humanidade.

A compreensão da inclusão escolar como direito humano implica reconhecer que a exclusão educacional produz impactos significativos sobre a vida dos indivíduos e sobre a construção de sociedades democráticas. Segundo Santos (2007), a luta pela igualdade deve ser acompanhada pelo reconhecimento das diferenças, de modo que os sujeitos possam exercer plenamente sua cidadania sem abrir mão de suas identidades. Essa perspectiva contribui para fortalecer a compreensão de que as políticas públicas inclusivas devem ser orientadas pela valorização da diversidade e pela promoção da justiça social.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de monitoramento e avaliação contínua das políticas de inclusão escolar. Conforme Arretche (2001), a avaliação das políticas públicas constitui uma etapa fundamental para verificar sua efetividade, identificar limitações e orientar processos de aperfeiçoamento institucional. No campo da educação inclusiva, esse acompanhamento torna-se essencial para compreender se as ações implementadas pelos sistemas de ensino estão produzindo resultados concretos em relação ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

A literatura especializada também destaca a importância da formação de gestores e profissionais da educação para a consolidação das políticas inclusivas. Embora a legislação brasileira apresente avanços significativos, sua implementação depende da atuação qualificada dos sujeitos responsáveis pela organização dos processos educativos. Segundo Luck (2011), a gestão educacional contemporânea exige competências relacionadas ao planejamento, à liderança e à promoção de ambientes participativos. No contexto da inclusão escolar, essas competências tornam-se fundamentais para garantir a efetivação dos princípios previstos nas políticas públicas.

As transformações ocorridas nas últimas décadas demonstram que a inclusão escolar deixou de ser compreendida como uma ação isolada para constituir-se como elemento estruturante das políticas educacionais brasileiras. Conforme Ainscow (2009), a educação inclusiva representa um processo contínuo de identificação e eliminação de barreiras que limitam a participação dos estudantes. Essa compreensão amplia a responsabilidade dos sistemas de ensino e fortalece a necessidade de desenvolver estratégias permanentes voltadas à construção de ambientes educacionais mais democráticos e acessíveis.

Entretanto, os desafios relacionados à implementação das políticas públicas de inclusão permanecem presentes em diferentes contextos educacionais. As desigualdades regionais, as limitações orçamentárias e as dificuldades relacionadas à formação profissional continuam influenciando a qualidade da oferta educacional destinada aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Conforme Prieto (2006), a garantia do



direito à educação inclusiva exige a articulação entre políticas educacionais, financiamento adequado e compromisso institucional com a valorização da diversidade.

A produção acadêmica nacional tem desempenhado papel relevante na análise crítica das políticas de inclusão escolar. Os estudos desenvolvidos por pesquisadores da área da Educação Especial têm contribuído para identificar avanços, denunciar limitações e propor caminhos para o fortalecimento das ações governamentais. Segundo Gatti (2012), a pesquisa educacional constitui um importante instrumento para subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes e socialmente comprometidas. Assim, o conhecimento científico torna-se elemento fundamental para o aprimoramento das práticas inclusivas.

Outro elemento frequentemente destacado na literatura refere-se à necessidade de fortalecer a articulação entre políticas educacionais e outras políticas sociais. Saúde, assistência social, transporte e acessibilidade são dimensões que influenciam diretamente os processos de escolarização dos estudantes com deficiência. Conforme Carvalho (2018), a inclusão escolar demanda ações intersetoriais capazes de responder à complexidade das necessidades apresentadas pelos sujeitos. Dessa forma, a construção de sistemas educacionais inclusivos depende da integração entre diferentes áreas da gestão pública.

A análise das políticas públicas de inclusão escolar evidencia que os avanços conquistados nas últimas décadas resultam de intensas mobilizações sociais, da ampliação dos direitos humanos e do fortalecimento das lutas em defesa da educação para todos. Contudo, a permanência de desafios estruturais demonstra que a inclusão deve ser compreendida como um processo em constante construção. Conforme Mantoan (2015), a escola inclusiva exige transformações permanentes nas práticas pedagógicas, nas culturas institucionais e nas formas de organização do ensino, reafirmando a necessidade de compromisso contínuo com a democratização da educação.

A inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro (MANTOAN, 2015, p. 27).

As políticas públicas de inclusão escolar representam conquistas históricas fundamentais para a democratização da educação brasileira, ao reafirmarem o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem em ambientes educacionais inclusivos. A análise do percurso normativo e das contribuições teóricas apresentadas ao longo deste capítulo evidencia que a inclusão escolar ultrapassa a dimensão legal e administrativa, constituindo-se como um compromisso ético, social e político voltado à valorização da diversidade humana e à promoção da justiça social. Embora avanços significativos tenham sido alcançados nas últimas décadas, especialmente no fortalecimento da Educação Especial na perspectiva inclusiva, persistem desafios relacionados à efetivação das políticas públicas, à formação dos profissionais da educação, ao financiamento adequado e à superação de barreiras institucionais e culturais. Dessa forma, a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva exige esforços permanentes do Estado, da sociedade e das instituições educacionais, reafirmando a necessidade de políticas comprometidas com a equidade, a cidadania e a garantia do direito à educação para todos.



3. Avanços e desafios na educação brasileira

A análise da literatura examinada evidencia que a educação inclusiva brasileira passou por importantes transformações nas últimas décadas, especialmente após a consolidação de marcos legais que asseguraram o direito das pessoas com deficiência à escolarização em classes comuns do ensino regular. Os estudos analisados apontam que a ampliação das políticas públicas voltadas à inclusão contribuiu significativamente para o aumento do acesso desses estudantes à educação básica, promovendo mudanças estruturais nos sistemas de ensino e fortalecendo o debate sobre equidade educacional. Esse cenário demonstra que a inclusão escolar deixou de ocupar uma posição periférica nas políticas educacionais para tornar-se um dos principais eixos das ações governamentais voltadas à democratização da educação.

Entre os avanços identificados na literatura, destaca-se a expansão das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial nas escolas regulares. Os estudos revelam que o número de estudantes atendidos em ambientes inclusivos cresceu de forma significativa ao longo dos últimos anos, refletindo os impactos das políticas implementadas em âmbito nacional. Esse processo contribuiu para reduzir práticas historicamente marcadas pela segregação escolar e fortaleceu a compreensão de que a convivência entre diferentes sujeitos constitui elemento fundamental para a construção de ambientes educacionais mais democráticos e participativos.

Outro avanço amplamente reconhecido pelos autores refere-se à institucionalização do Atendimento Educacional Especializado como serviço complementar à escolarização. A literatura destaca que a criação e ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais permitiram o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais adequadas às necessidades dos estudantes atendidos. Além disso, a presença do AEE nas escolas possibilitou maior suporte aos processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para a eliminação de barreiras que historicamente dificultavam a participação dos estudantes com deficiência nos espaços educacionais.

Os estudos analisados também apontam progressos importantes no campo da acessibilidade. A implementação de políticas voltadas à adaptação dos espaços físicos, à aquisição de tecnologias assistivas e à produção de materiais pedagógicos acessíveis ampliou as condições de participação dos estudantes nos diferentes contextos escolares. Embora os resultados variem entre as diferentes regiões do país, observa-se um movimento gradual de reconhecimento da acessibilidade como requisito indispensável para a efetivação da inclusão escolar e para a garantia do direito à educação.

Outro aspecto frequentemente destacado nas pesquisas refere-se à ampliação dos debates sobre formação docente para a educação inclusiva. A literatura evidencia que universidades, redes de ensino e programas governamentais passaram a investir em iniciativas destinadas à qualificação dos profissionais da educação, buscando prepará-los para lidar com a diversidade presente nas salas de aula. Ainda que existam limitações nesse processo, os estudos indicam que a formação continuada tem contribuído para ampliar o repertório pedagógico dos docentes e fortalecer práticas voltadas à inclusão.

Os resultados também demonstram avanços relacionados à construção de uma cultura educacional mais sensível às diferenças. Diversos autores identificam mudanças nas concepções de gestores, professores e comunidades escolares acerca da presença dos estudantes com deficiência no ensino regular. A inclusão passou a ser compreendida não apenas como uma exigência legal, mas como um princípio orientador das práticas pedagógicas e da organização institucional. Essa mudança de perspectiva representa uma



conquista significativa para a consolidação de ambientes escolares mais acolhedores e democráticos.

Apesar dos avanços observados, os estudos revelam que persistem desafios importantes para a efetivação das políticas públicas de inclusão escolar. Um dos principais obstáculos identificados refere-se à distância entre os dispositivos legais e as condições concretas de implementação das ações inclusivas. Em muitos contextos educacionais, a existência de legislações avançadas não é acompanhada pela disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros necessários para garantir sua plena execução, produzindo situações de inclusão formal sem a correspondente inclusão pedagógica.

A formação docente continua sendo apontada como um dos maiores desafios enfrentados pelos sistemas educacionais brasileiros. Embora tenha havido ampliação das oportunidades de capacitação profissional, muitos professores relatam insegurança diante das demandas relacionadas à inclusão escolar. Os estudos indicam que parte significativa dos profissionais considera insuficiente a formação recebida durante a graduação e aponta a necessidade de programas permanentes de aperfeiçoamento capazes de responder às exigências do trabalho pedagógico em contextos inclusivos.

Outro desafio identificado refere-se às desigualdades regionais presentes na oferta de serviços educacionais especializados. A literatura demonstra que a implementação das políticas inclusivas ocorre de maneira heterogênea entre diferentes estados e municípios brasileiros. Enquanto algumas redes de ensino apresentam estruturas consolidadas e recursos adequados, outras enfrentam limitações significativas relacionadas à infraestrutura, ao financiamento e à disponibilidade de profissionais especializados. Essas diferenças evidenciam que a universalização da inclusão escolar ainda constitui uma meta a ser alcançada.

As pesquisas analisadas revelam, por fim, que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, formação profissional, participação social e compromisso institucional. Os avanços alcançados ao longo das últimas décadas demonstram a capacidade de transformação dos sistemas educacionais brasileiros, mas também evidenciam que a inclusão escolar permanece como um processo em constante construção. Dessa forma, os resultados reforçam a necessidade de fortalecer ações integradas que contribuam para a consolidação de práticas educacionais comprometidas com a equidade, a diversidade e a garantia do direito à educação para todos.

A literatura analisada demonstra que o Atendimento Educacional Especializado tem ocupado posição estratégica na implementação das políticas de inclusão escolar no Brasil. Os estudos indicam que a oferta desse serviço contribui para a identificação das necessidades específicas dos estudantes e para a elaboração de estratégias pedagógicas que favoreçam sua participação nos processos de ensino e aprendizagem. Entretanto, os resultados também revelam que a efetividade do AEE depende da articulação entre os profissionais envolvidos, da disponibilidade de recursos adequados e da integração entre o atendimento especializado e o ensino regular.

As pesquisas examinadas apontam que as Salas de Recursos Multifuncionais representam uma das principais iniciativas voltadas à operacionalização do Atendimento Educacional Especializado. Em diversos contextos investigados, esses espaços são reconhecidos como ambientes importantes para o desenvolvimento de recursos pedagógicos, tecnologias assistivas e estratégias de apoio à escolarização dos estudantes. Contudo, os estudos também evidenciam diferenças significativas na estrutura e no funcionamento dessas salas, indicando que a qualidade do atendimento oferecido varia



de acordo com as condições institucionais e os investimentos realizados pelos sistemas de ensino.

Outro resultado recorrente na literatura refere-se à necessidade de fortalecimento da articulação entre o professor do Atendimento Educacional Especializado e os docentes das classes comuns. Os autores analisados destacam que a inclusão escolar não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva do profissional especializado, mas deve constituir um compromisso compartilhado por toda a comunidade escolar. Nesse sentido, as pesquisas apontam que práticas colaborativas favorecem a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes e ampliam as possibilidades de participação dos estudantes nas atividades desenvolvidas em sala de aula.

Os estudos também evidenciam avanços relacionados à incorporação de tecnologias assistivas nos processos educacionais. Ferramentas digitais, softwares acessíveis, materiais adaptados e recursos de comunicação alternativa têm contribuído para ampliar a autonomia dos estudantes e facilitar sua participação nas atividades escolares. Apesar desses progressos, a literatura aponta que a disponibilidade desses recursos ainda é desigual entre as diferentes regiões do país, revelando a necessidade de investimentos contínuos para garantir condições mais equitativas de acesso às tecnologias educacionais.

A acessibilidade pedagógica aparece como uma das dimensões mais relevantes nas pesquisas analisadas. Os resultados demonstram que a simples presença dos estudantes com deficiência na escola não garante sua inclusão efetiva, sendo necessária a adoção de estratégias metodológicas capazes de responder às suas necessidades específicas. Nesse contexto, adaptações curriculares, flexibilização de atividades e diversificação das práticas avaliativas são frequentemente apontadas como medidas essenciais para promover a aprendizagem e assegurar a participação dos estudantes nos diferentes espaços escolares.

Outro aspecto amplamente discutido refere-se à atuação das famílias nos processos de inclusão escolar. Os estudos indicam que a participação familiar exerce influência significativa sobre o desenvolvimento educacional dos estudantes e sobre a construção de relações colaborativas entre escola e comunidade. Em muitos casos, as famílias são identificadas como importantes agentes de defesa dos direitos educacionais, contribuindo para o acompanhamento das políticas públicas e para a reivindicação de condições adequadas de escolarização. Essa participação fortalece os processos inclusivos e amplia as possibilidades de sucesso das ações desenvolvidas pelas instituições de ensino.

As pesquisas analisadas também apontam desafios relacionados à gestão das políticas de inclusão escolar. Diversos estudos evidenciam que gestores educacionais enfrentam dificuldades para conciliar as exigências legais com as condições concretas de funcionamento das escolas. Limitações orçamentárias, escassez de profissionais especializados e dificuldades na implementação de programas de formação continuada aparecem como obstáculos recorrentes. Esses resultados demonstram que a efetivação das políticas inclusivas depende não apenas da existência de marcos normativos, mas também da capacidade administrativa dos sistemas educacionais.

No que se refere ao financiamento das políticas públicas, a literatura revela que a insuficiência de recursos continua sendo um dos principais desafios para a consolidação da educação inclusiva no Brasil. Embora tenham ocorrido avanços na destinação de investimentos para programas e ações voltadas à Educação Especial, muitos estudos apontam que os recursos disponíveis ainda são insuficientes para atender plenamente às demandas existentes. Essa realidade afeta diretamente a oferta de serviços



especializados, a manutenção de equipamentos e a implementação de estratégias voltadas à promoção da acessibilidade.

Outro resultado importante refere-se à persistência de barreiras atitudinais no ambiente escolar. Os estudos demonstram que preconceitos, estigmas e concepções equivocadas sobre a deficiência continuam influenciando as relações estabelecidas no contexto educacional. Em muitos casos, essas barreiras revelam-se mais difíceis de superar do que os obstáculos físicos ou materiais, pois estão relacionadas a valores, crenças e práticas sociais historicamente construídas. A literatura destaca, portanto, a necessidade de ações educativas voltadas à sensibilização e à construção de culturas escolares mais inclusivas.

De modo geral, os resultados analisados indicam que a educação inclusiva brasileira apresenta avanços significativos em diferentes dimensões, especialmente no que se refere à ampliação do acesso à escola, à institucionalização do Atendimento Educacional Especializado e à consolidação de marcos legais voltados à garantia de direitos. Contudo, os desafios identificados demonstram que a construção de sistemas educacionais verdadeiramente inclusivos exige investimentos permanentes, fortalecimento das políticas públicas e compromisso coletivo com a valorização da diversidade. Dessa forma, a inclusão escolar continua sendo um processo dinâmico, que demanda reflexão crítica e aperfeiçoamento constante das práticas educacionais.

A literatura analisada evidencia que a consolidação da educação inclusiva no Brasil depende da construção de políticas públicas capazes de articular diferentes dimensões do processo educacional. Os estudos demonstram que a inclusão escolar não pode ser compreendida apenas como uma questão pedagógica, mas como uma política social que envolve acesso a direitos, redução de desigualdades e fortalecimento da cidadania. Nesse contexto, a ampliação das oportunidades educacionais para estudantes público-alvo da Educação Especial representa um importante avanço no enfrentamento dos processos históricos de exclusão que marcaram a trajetória da educação brasileira.

Os resultados também revelam que a efetivação das políticas inclusivas exige mudanças significativas na organização curricular das escolas. Diversos autores destacam que currículos excessivamente rígidos tendem a dificultar a participação de estudantes com diferentes necessidades educacionais. Por essa razão, as pesquisas apontam a importância da flexibilização curricular como estratégia capaz de promover maior equidade nos processos de ensino e aprendizagem. Essa perspectiva reforça a necessidade de desenvolver propostas pedagógicas que considerem os diferentes ritmos, interesses e potencialidades dos estudantes.

Outro aspecto identificado nos estudos refere-se à importância da avaliação educacional no contexto da inclusão escolar. As pesquisas indicam que modelos avaliativos centrados exclusivamente na mensuração de resultados tendem a reproduzir práticas excludentes, especialmente quando desconsideram as especificidades dos estudantes atendidos pela Educação Especial. Em contrapartida, abordagens avaliativas de caráter formativo têm sido apontadas como alternativas mais adequadas para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e orientar intervenções pedagógicas comprometidas com a aprendizagem e a participação.

As investigações analisadas também evidenciam que a formação inicial dos professores ainda apresenta fragilidades no que se refere à preparação para o trabalho em contextos inclusivos. Embora as diretrizes curriculares tenham incorporado conteúdos relacionados à Educação Especial, muitos estudos apontam que a abordagem do tema permanece limitada em diversos cursos de licenciatura. Como consequência, parte dos profissionais ingressa na carreira docente sem o conhecimento necessário para



lidar com as demandas da diversidade presente nas escolas, tornando indispensável a ampliação dos investimentos em formação inicial e continuada.

Outro resultado recorrente na literatura refere-se à relevância do trabalho interdisciplinar para a promoção da inclusão escolar. Os estudos demonstram que a atuação conjunta entre professores, gestores, profissionais da saúde, assistentes sociais e famílias contribui significativamente para a construção de estratégias capazes de atender às necessidades dos estudantes. Essa articulação favorece uma compreensão mais ampla dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, fortalecendo a capacidade das instituições educacionais de responder aos desafios colocados pela diversidade humana.

As pesquisas também apontam que a inclusão escolar tem produzido impactos positivos sobre a convivência entre os estudantes. Diversos estudos relatam que a presença de alunos com deficiência em classes comuns contribui para o desenvolvimento de valores relacionados ao respeito, à empatia, à solidariedade e à cooperação. Dessa forma, a inclusão beneficia não apenas os estudantes atendidos pelas políticas de Educação Especial, mas toda a comunidade escolar, fortalecendo práticas democráticas e ampliando as possibilidades de construção de relações sociais mais igualitárias.

Entretanto, os resultados analisados revelam que a permanência de desigualdades socioeconômicas continua influenciando a implementação das políticas inclusivas no país. Municípios com menor capacidade financeira frequentemente enfrentam dificuldades para garantir infraestrutura adequada, formação profissional e acesso a recursos especializados. Essa realidade evidencia que a efetivação da inclusão escolar está diretamente relacionada às condições materiais oferecidas pelos sistemas de ensino e à capacidade do Estado de promover políticas públicas capazes de reduzir as desigualdades regionais.

Outro desafio identificado refere-se à continuidade das políticas públicas ao longo do tempo. Os estudos demonstram que mudanças administrativas e alterações nas prioridades governamentais podem comprometer a implementação de programas voltados à inclusão escolar. A ausência de planejamento de longo prazo e a descontinuidade de determinadas ações dificultam a consolidação dos avanços alcançados e limitam os resultados das políticas educacionais. Nesse sentido, a literatura destaca a necessidade de fortalecer mecanismos institucionais que garantam estabilidade e continuidade às ações inclusivas.

Os autores analisados convergem ao afirmar que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva exige o fortalecimento de uma cultura escolar baseada no reconhecimento da diversidade como valor educativo. Essa perspectiva implica superar concepções assistencialistas e compreender a inclusão como princípio estruturante das práticas pedagógicas, da gestão escolar e das políticas públicas. A valorização das diferenças passa a ser entendida como condição essencial para a construção de ambientes educacionais capazes de promover aprendizagem, participação e desenvolvimento para todos os estudantes.

Em síntese, os resultados apresentados ao longo deste capítulo demonstram que a educação inclusiva brasileira registra avanços expressivos decorrentes da ampliação dos direitos educacionais, da consolidação de marcos legais e da expansão do Atendimento Educacional Especializado. Contudo, permanecem desafios relacionados à formação docente, ao financiamento, à acessibilidade, à gestão educacional e à superação das desigualdades sociais e regionais. Assim, a análise da literatura permite concluir que a efetivação da inclusão escolar demanda esforços permanentes de todos os atores envolvidos no processo educativo, reafirmando a necessidade de políticas públicas



comprometidas com a equidade, a justiça social e a garantia do direito à educação para todos.

4. Considerações Finais

A presente investigação teve como objetivo analisar o Atendimento Educacional Especializado como política pública de inclusão escolar, destacando os principais avanços alcançados e os desafios que ainda permeiam sua implementação na educação brasileira. A revisão bibliográfica realizada permitiu compreender que a inclusão escolar tem ocupado posição estratégica nas políticas educacionais contemporâneas, consolidando-se como um importante instrumento de garantia do direito à educação e de promoção da justiça social. Os estudos analisados evidenciaram que os avanços observados nas últimas décadas estão diretamente relacionados à ampliação dos marcos legais, à expansão do acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial às escolas regulares e à institucionalização de serviços especializados voltados ao apoio dos processos de ensino e aprendizagem.

Os resultados demonstraram que a implementação do Atendimento Educacional Especializado representa uma das principais conquistas das políticas inclusivas brasileiras. A criação das Salas de Recursos Multifuncionais, a ampliação da oferta de recursos pedagógicos acessíveis e o fortalecimento das discussões sobre formação docente contribuíram significativamente para o desenvolvimento de práticas educacionais mais comprometidas com a diversidade. Além disso, verificou-se que a consolidação de dispositivos legais, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Decreto nº 7.611/2011, fortaleceu o reconhecimento da inclusão escolar como direito fundamental, ampliando as responsabilidades do Estado na promoção de condições adequadas para a participação e a aprendizagem dos estudantes.

Entretanto, a análise da literatura também revelou a permanência de desafios que limitam a efetivação das políticas públicas de inclusão escolar. Entre os principais obstáculos identificados destacam-se as fragilidades na formação inicial e continuada dos professores, a insuficiência de recursos financeiros, as desigualdades regionais na oferta de serviços especializados e a persistência de barreiras atitudinais que dificultam a construção de ambientes verdadeiramente inclusivos. Tais fatores evidenciam que a existência de marcos normativos avançados, embora fundamental, não garante por si só a concretização dos princípios da educação inclusiva, tornando necessária a adoção de estratégias permanentes de acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento das políticas implementadas.

Outro aspecto relevante observado ao longo do estudo refere-se à necessidade de fortalecer a articulação entre os diferentes atores envolvidos no processo educacional. A construção de sistemas inclusivos exige a participação integrada de gestores, professores, famílias, profissionais especializados e órgãos governamentais, de modo a garantir respostas mais eficazes às demandas apresentadas pelos estudantes. Nesse sentido, a inclusão escolar deve ser compreendida como um compromisso coletivo que ultrapassa os limites da sala de aula e se insere em um projeto social mais amplo, fundamentado na valorização da diversidade, na equidade e no respeito aos direitos humanos.

Por fim, conclui-se que o Atendimento Educacional Especializado constitui uma política pública fundamental para o fortalecimento da educação inclusiva no Brasil, mas sua efetividade depende da continuidade dos investimentos, do aprimoramento das práticas pedagógicas e do fortalecimento das ações voltadas à formação profissional e à



acessibilidade. Espera-se que este estudo contribua para ampliar as reflexões sobre a temática e subsidie futuras pesquisas, bem como a formulação de políticas públicas capazes de promover uma educação cada vez mais democrática, inclusiva e comprometida com a garantia do direito à aprendizagem para todos os estudantes.

Referências

- AINSCOW, Mel. Developing inclusive education systems: what are the levers for change? **Journal of Educational Change**, Dordrecht, v. 6, n. 2, p. 109-124, 2005.
- AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a deficiência**: em companhia de Hércules. São Paulo: Robe Editorial, 1998.
- ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-56.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009.
- BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos "is". 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, 2002.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação**: política de Estado para a educação brasileira. Brasília: Inep, 2016.
- DUBET, François. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 101-119, 2013.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, 2011.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.



- MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão marco zero:** começando pelas creches. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional.** 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Salamanca: UNESCO, 1994.